

1 CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL - COPAM
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ALTO SÃO FRANCISCO**

Ata da 121ª Reunião Ordinária da
Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco
do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
Data: 20 de agosto de 2015, às 08:00 horas
Local: Auditório SEST/SENAT
Rua Martin Cipriem, 1.100 – Bairro Bela Vista – Divinópolis/MG

2 Conselheiros presentes: o Presidente José Oswaldo Furlanetto, Superintendente
3 Regional da SUPRAM – Sul de Minas; Wellington Dias Silveira; representante da
4 Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA; Lucélio
5 Nativo Assunção, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE;
6 Eurípedes Guerra, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana
7 – SEDRU; Francisco Chaves Generoso, Procuradoria Geral de Justiça – PGJ; Marcelo
8 Ferreira Guimarães, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais e
9 Renováveis – IBAMA; Silvia Letícia Ribeiro, Prefeitura Municipal situada na área de
10 abrangência URC; Roberto Soares Nogueira, Comitê de Bacia Hidrográfica do Entorno
11 de Três Marias; Túlio Pereira de Sá, Federação das Indústrias do Estado de Minas
12 Gerais – FIEMG; Edécio José Cançado Ferreira, Federação da Agricultura e Pecuária
13 do estado de Minas Gerais – FAEMG; Camilo de Lélis André Melo, representante da
14 Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do
15 Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS; Francisco de Assis Braga, Associação
16 Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES; Marcos Antônio Ferreira Veloso,
17 representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas
18 Gerais – CREA-MG; Lessandro Gabriel da Costa, Associação Ambientalista do Alto
19 São Francisco; Ronaldo José Borges, Conselho Municipal do Meio Ambiente,
20 representação não governamental – CODEMA PAINS. – José Oswaldo Furlanetto,
21 Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas – Tendo quórum necessário
22 para a abertura da reunião, vamos então ouvir o Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução**
23 **do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Presidente, Sr. José Oswaldo**
24 **Furlanetto** – José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de
25 Minas – Bom dia aos nobres Conselheiros que aqui representam a sociedade civil, o
26 Estado e a União. Obrigado pela presença e bom dia. Bom dia aos servidores da
27 SUPRAM, do Alto São Francisco, bom dia aos empreendedores, aos consultores, bom
28 dia a todos e a todas. Então a partir desse momento, em nome do Secretário Adjunto de
29 Estado Nalton Sebastião Moreira da Cruz, declaro aberta essa 121ª Reunião Ordinária
30 da Unidade Regional Colegiada Alto São Francisco – COPAM. **3. Comunicado dos**
31 **Conselheiros e Assuntos Gerais.** – Lessandro Gabriel da Costa, Associação
32 Ambientalista do Alto São Francisco – Bom dia, Lessandro Gabriel Associação
33 Ambientalista do Alto São Francisco, Lagoa da Prata. Gostaria de comunicar que
34 durante um período eu fiquei afastado, estou retornando. Esse motivo do afastamento é

35 o que implica o nosso regimento, que na nossa região do Alto São Francisco
36 infelizmente nós não temos organizações da sociedade civil bastante para compor esse
37 Conselho; que às vezes dificulta muito as poucas que tem essa qualidade de estar
38 participando desse Conselho, qualidade que eu falo é estar regular com toda as
39 documentações para participar do Conselho. Infelizmente é ainda um número pequeno
40 da sociedade civil dentro do Conselho. Eu gostaria de fazer um comunicado aqui de um
41 fato que ocorreu no ano passado, que foi a seca hídrica em toda a bacia do Rio São
42 Francisco, e que nós não estamos fora, que esse ano já se contam mais de vinte cidades
43 no estado de Minas Gerais em estado de calamidade, com falta d'água, sendo o
44 abastecimento de água na bacia do São Francisco, feito por caminhão pipa. Em
45 decorrência dessa seca, gostaria de pedir um apoio a esse conselho. Em Lagoa da Prata
46 nós temos uma lagoa, não denominada. Hoje ela não é denominada lagoa porque ela
47 secou o ano passado. E lá nós tivemos um foco de incêndio, que nós tivemos mais de
48 três mil atendimentos médicos por causa de uma tufa que emana dessa lagoa, é uma
49 lagoa que está dentro do perímetro urbano do município. Nós tivemos vários
50 atendimentos da polícia, do Corpo de Bombeiros de Nova Serrana que teve que se
51 deslocar até Lagoa da Prata por esse fato, por mais de duas semanas consecutivas. Mais
52 de um milhão de litros de água se gastou para tentar conter essa tufa o ano passado.
53 Problemas respiratórios, problemas oculares com a irritação dos olhos nos prontos
54 atendimentos do município. Lá esse ano foi feito uma medida paliativa, que seria o
55 aceiramento em volta dessa lagoa que não existe mais, é uma lagoa seca, que se formou
56 ao longo dos anos junto com as taboas foi assoreando. E que o município tem uma
57 necessidade de conseguir um recurso para poder fazer o desassoreamento, a retirada
58 dessas taboas para que essa tufa não volte a queimar ao longo dos anos. Há mais ou
59 menos uns dez anos. Há uns dez anos atrás nós tivemos esse mesmo problema mais
60 sério também que inclusive envolveu até o próprio helicóptero do IEF lá na região dessa
61 tufa queimando. E assim, eu queria encarecidamente pedir a esse Conselho, por que
62 assim, dentro de qualquer forma hoje de um licenciamento para fazer esse
63 desassoreamento dessa lagoa a gente sabe que tem todo o processo, existe a carência
64 hoje da SUPRAM que a gente tem uma reclamação em massa da sociedade por questão
65 de atendimento, que o pessoal tem que dormir em fila para poder pegar senha, que a
66 gente sabe que não é culpa dos Conselheiros, não é culpa do Conselho, não é culpa dos
67 funcionários, dos técnicos, talvez até da direção nova que hoje assume essa Casa. Mas
68 eu acho que isso é muito vergonhoso para nós, por que inclusive está formando um
69 grupo, grupos de trabalho, em redes sociais. Até a própria mídia hoje tem procurado
70 para saber o que é que está acontecendo com o nosso meio ambiente no Estado de
71 Minas Gerais. Para nós acho que é muito vergonhoso o produtor rural ter que desmatar
72 ilegalmente, muito mais fácil para ele ir lá, desmatar ilegalmente, pagar uma multa, do
73 que entrar com um processo aqui dentro da SUPRAM. Eu acho que se não fosse o
74 trabalho da Polícia Ambiental hoje no Estado de Minas Gerais e o Ministério Público, já
75 não tinha mais nada nesse estado não. Essa decorrência já vem, não é culpa de quem
76 está hoje assumindo, a gente não coloca essa culpa nas pessoas, mas é o mesmo fato
77 dessa lagoa que eu falei que é essa tufa, se o município não tem autonomia, se vai ter
78 que passar por um processo da SUPRAM e vai demorar aí dois anos, três anos, a

79 sociedade não pode ficar lá sofrendo. Que inclusive pessoas tiveram que mudar de casa,
80 procurar outros bairros para poder assegurar a qualidade de uma respiração boa na hora
81 noturna que é o momento em que a tufa, a fumaça se abaixa pela baixa humidade do ar,
82 e o município fica prejudicado. E existem algumas coisas que acarreta esse tipo de
83 coisa. Às vezes de repente um município vai se atropelando nas questões ambientais,
84 como é o caso, por exemplo, do município lá de Bambuí, que quem for hoje lá dentro
85 do município de Bambuí é vergonhoso a situação que está o lixão dentro de Bambuí;
86 um lixo a céu aberto, cheio de urubu, cheio de restos. Até mesmo lá do cemitério do
87 próprio município, resto de matadouro a céu aberto. Então assim, esse tipo de, às vezes
88 do licenciamento, do recurso que às vezes é dificultoso para os municípios, leva a
89 situação de cada região acontecer o que está acontecendo ali de fato. Eu até gostaria de
90 ir encerrando aqui, pedir uma informação sobre a SUPRAM, qual que seria o processo
91 mais legal, que se a gente entrasse com esse desassoreamento dessas taboas nessa lagoa
92 lá, que teria que passar pela superintendência, demoraria aí dois anos ou três anos pelo
93 fato do tanto de número de processos que existe hoje na SUPRAM. Nesses casos que
94 envolveu: Polícia Ambiental de Lagoa da Prata, Corpo de Bombeiros, município em si
95 na área de saúde, Promotoria Pública. O que a gente pode fazer? Porque, assim como a
96 gente é cobrado da sociedade, nós vamos ter que dar um respaldo para a sociedade:
97 “Olha, nós entramos com um processo, esse processo vai demorar lá um ano.”, quando
98 daqui três meses começa a chuva não tem como fazer a obra, mesmo que já tenhamos o
99 recurso para fazê-la. Quando for ano que vem começa a repetir toda essa dramática
100 situação no município; e que a gente devia ter que, inclusive, não segurar em redes
101 sociais. É colocar o que realmente está travando um processo que a gente podia fazer
102 um desassoreamento lá, o município podia estar fazendo isso com recurso já em caixa.
103 Hoje já tem um recurso para fazer isso, e que a gente tem umas dificuldades, por
104 exemplo, se o órgão CODEMA teria essa autonomia diante dos fatos que estão
105 acontecendo lá. E no mais, agradecer. Eu acho que existe uma mudança, eu senti isso
106 desde o início desse ano a gente vê que existe uma mudança dentro da SUPRAM. É o
107 que faz a gente acreditar no sistema, porque eu acho que se continuasse da forma que
108 estava e se não mudasse realmente. É igual eu falei aqui anteriormente, se não fosse a
109 Polícia Ambiental no Estado de Minas Gerais e o Ministério Público já não tinha mais
110 nenhuma árvore nesse estado. Obrigado. – Edécio José Cançado Ferreira, representante
111 da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG – Hoje eu
112 só quero fazer uma solicitação à SUPRAM que fique registrada: a estação de tratamento
113 de esgoto de Nova Serrana está um vexame, você passa lá, perdoe a expressão, mas
114 aquilo lá é uma catinga só. Urubu está passando lá com venda no nariz, tampando o
115 nariz. Eu vim de Brasília anteontem à noite, duas horas da manhã estava terrível. Na
116 hora que você vira, passa a ponte do Rio Pará e começa a descer você já começa a sentir
117 o odor, tá? Está de fato, a COPASA tem que tomar uma providência, ela tem condições
118 técnicas para poder fazer aquilo funcionar adequadamente. E sugiro que a SUPRAM
119 fique em cima, fiscalize, vistorie e não dê moleza por ser COPASA não. – Marcelo
120 Ferreira Guimarães, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais e
121 Renováveis – IBAMA. – Bom dia a todos, eu não pude estar presente na última reunião,
122 que eu estava de férias, nem meu suplente. Como foi comunicado através de e-mail que

123 eu mandei para a SUPRAM e com cópia para todos os Conselheiros, no mesmo e-mail
124 que foi a convocação para a reunião. E neste e-mail eu solicitei que a SUPLAM
125 incluíssem duas condicionantes referente ao cadastro técnico federal aos itens 7.2 e
126 10.1. Isso não ocorreu e o item 10.1 da Indústria de Cal Cruzeiro, o processo foi
127 aprovado sem que a empresa tivesse feito o cadastro técnico federal. Que inclusive já
128 hoje consta até do FOB, a empresa para começar uma atividade ela tem que ter o
129 Cadastro Técnico Federal. Mediante a isso, eu fiz contato com a empresa e eles já
130 providenciaram o Cadastro Técnico Federal e hoje já está regularizado perante o
131 IBAMA. – Fernanda, SUPRAM Alto São Francisco – Vou responder aos Conselheiros.
132 Com relação aos questionamentos, Lessandro, as senhas que são distribuídas que você
133 falou, que os empreendedores estão chegando de madrugada, gostaria de esclarecer só
134 que de acordo com o setor operacional houve algumas alterações, com relação a essas
135 distribuições de senha, e estão sendo feitas durante todo o dia, não tem mais o horário
136 para a distribuição. Com relação à questão do desassoreamento, eu gostaria de pedir que
137 você marcasse uma reunião com os diretores ou com o superintendente para verificar
138 essa questão porque eu não tenho poderes para te responder qual seria a providência
139 para que fosse feito de maneira mais rápida. Questão do Edécio: Edécio, anotei,
140 constou em ata, nós vamos ver o quê que a gente consegue fazer. Com relação à questão
141 do Marcelo do IBAMA, da questão do Cadastro Técnico Federal, da Cal Cruzeiro: a
142 gente vai tomar mais atenção com relação a isso. – Camilo de Lélis André Melo,
143 representante da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de
144 Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS – Bom dia a todos, bem-vindo
145 ao novo Conselheiro da COPASA em seu retorno, você está de parabéns. Agora vou
146 concordar aqui com o Doutor Edécio. Que fique registrado também a estação de
147 tratamento de Itapeperica, você passa lá perto também é um absurdo. Agora, você vai na
148 região dos Lagos no Rio de Janeiro já tem estação de tratamento sem mau cheiro, do
149 lado do condomínio de gente rica. Você vai, me parece, que em Petrópolis, no centro da
150 cidade tem uma estação de tratamento sem cheiro nenhum. Doutor Edécio também está
151 comunicando aqui, em Brasília. Então eu acho que no momento que existe estação de
152 tratamento, que arrumou a solução para não ter mau cheiro, acho que as nossas aqui que
153 forem licenciadas para frente, os técnicos deveriam ter o interesse de visitar essas
154 estações, para trazer, eu nem não diria que é novidade, pois já está funcionando há
155 muitos anos. Então, a próxima estação de tratamento que for licenciada aqui, eu gostaria
156 que fosse observado isso. Que a COPASA também tivesse essa consciência, visitasse a
157 região dos Lagos lá no Rio de Janeiro, visitasse Petrópolis, e que realmente trouxesse
158 uma solução efetiva para isso, porque nessas estações de tratamento, eu tenho certeza,
159 se fizesse casa em volta e falasse assim: “A direção da COPASA, os cargos altos da
160 COPASA vão ter que morar aqui ao lado da estação de tratamento.”, com certeza isso
161 seria solucionado, mas está na porta do vizinho, não estão tendo, não estão sentindo os
162 efeitos contrários, desvalorização dos imóveis, por isso é que continua nesse transtorno.
163 Agora, quando o Conselheiro falou a respeito das lagoas secas, Conselheiro, o senhor
164 pode ter certeza que isso não é só em Lagoa da Prata não, isso está na região do Estado
165 de Minas Gerais inteiro. A seca, hoje, nós ainda não terminamos o mês de agosto, e as
166 lagoas aqui da nossa região já estão mais baixas do que no nível do ano passado. Agora

167 eu já vi esse Conselho aqui votar contrário a construção de pequenas barragens, de
168 açudes, de córrego. Se não houver uma solução nesse sentido de liberar para construção
169 desses pequenos açudes, dessas pequenas barragens, os nossos rios vão ficar igual aos
170 do nordeste, chegou na seca eles param de correr, porque já estão parando. Então se não
171 chegar numa solução a esse respeito, vocês podem ter certeza que isso vai acontecer.
172 Outra coisa, essa demora do licenciamento, infelizmente não tem isso, então que faça
173 igual fez o ano passado para construir os poços semi-artesianos. Chegou um pedido
174 enorme e deixou, e infelizmente quando chega algum proprietário rural que me pergunta
175 como é que faz, eu falo: “Fura o poço e deixa arder, como é que é, você vai ficar sem
176 vaca, você vai ficar sem água na sua atividade?”, e tudo. E a respeito do lixão de
177 Bambuí, aquilo é um absurdo, nunca vi um negócio desse igual aqui de Divinópolis,
178 isso é mais questão de gestão porque o aterro, o lixão de Divinópolis ele foi licenciado
179 na década passada, ele já tinha licença tudo para começar, mudaram a gestão e por
180 questão política não sei até hoje como é que está, às vezes a Doutora Silvia pode
181 explicar para a gente. E outro detalhe a respeito da prefeitura, já estão, essas
182 associações, questionando as obras do Hospital Municipal em relação ao que vai ser
183 feito para que não haja assoreamento daquele finzinho d’água que hoje está um
184 “mijadinho” d’água, que é aquele córrego que passa atrás, nas obras lá. Então essas são
185 as questões que eu estou ponderando e que gostaria que tivesse uma resposta. –
186 Fernanda, SUPRAM Alto São Francisco – Camilo, com relação a outorga que você
187 questionou, existe a outorga emergencial, que o empreendedor, o proprietário pode
188 solicitar essa outorga preenchendo o FCE, ela será concedida e depois analisada. –
189 Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação das Associações Comerciais,
190 Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS
191 – Isso. Fernanda, então que essa outorga emergencial seja estendida também para essas
192 lagoas, para esses açudes como é o caso lá de Lagoa da Prata. Entra com a
193 documentação, faz a obra, o que tem que ser feito, porque é um absurdo uma lagoa
194 dentro da cidade pegando fogo porque não tem água, precisando de limpar porque ela
195 está assoreada, e entrar num processo de licenciamento normal. Então acho que você
196 leve essa sugestão aos seus pares lá na Casa. – Marcelo Ferreira Guimarães, Instituto
197 Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis – IBAMA – Quanto á
198 essa questão de represa e desassoreamento, hoje tem a DN artigo 19 é DN 74 ou DN 76
199 que fala sobre isso. Caráter emergencial? Setenta e quanto que é? – José Augusto –
200 SUPRAM Alto São Francisco – No caso de outorga emergencial portaria 87 do IGAM.
201 – Marcelo Ferreira Guimarães, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos
202 Naturais e Renováveis – IBAMA – Não, mas não é a outorga é a questão emergencial
203 para quando uma barragem de um açude se rompe você precisa de uma coisa
204 emergencial tem, é uma DN de 2004, eu não sei se ela é 76 ou 74, eu sei que é o artigo
205 19. Então deve ser 76, é artigo 19 dessa DN. Ela já prevê isso. Camilo, você pode. Você
206 faz o emergencial, protocola na SUPRAM ou nos núcleos do IEF, faz a obra e depois
207 você entra com o projeto. – Eurípedes Guerra, Secretaria de Estado de Desenvolvimento
208 Regional e Política Urbana – SEDRU COPASA – Bom dia a todos. Com relação ao
209 odor de uma ETE, todos aqui são conhecedores que é uma Estação de Tratamento de
210 Esgoto, então o odor característico sempre existe. O que não é permitido é que se tenha

211 um excesso de odor, lógico, não é. A COPASA tem conhecimento dessa situação, temos
212 técnicos com expertise no assunto, estamos buscando, em alguns casos, adequação das
213 estações para que isso não ocorra. Viu? Camilo e Conselheiros? Por que realmente é um
214 incomodo muito grande, nós temos as ETEs agora, não sei se Lagoa da Prata já está
215 funcionando, Lessandro. Com certeza vai ter o transtorno do odor, Luz tem o transtorno
216 do odor. Todas as estações vão ter isso, nós não vamos estar falando aqui de fábrica, de
217 nenhum perfume, de nenhuma essência cheirosa, afinal. Mas o excesso, Camilo, nós
218 estamos buscando, nós estamos buscando fora do País às tecnologias. É sistema
219 biológico, então você não pode usar um produto químico qualquer para inibir a
220 formação dos sulfetos que geram esse odor. Então estamos buscando a medida do
221 possível, o mais rápido possível minimizar essa questão, pode ter certeza que nós
222 estamos monitoramento e buscando uma resolução para isso. – Camilo de Lélis André
223 Melo, representante da Federação das Associações Comerciais, Industriais,
224 Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS – Essa
225 informação sua é bem-vinda, mas visita lá na região dos Lagos, porque lá já está
226 funcionado, lá é ecológico, vai em Petrópolis, lá também é ecológico, não precisa ir para
227 o exterior não, aqui está funcionando, está pertinho da gente. Vai lá, sem odor. Essa da
228 região dos Lagos tem uma lá que é do lado de um condomínio, eu fui no condomínio lá
229 e perguntei o que era aquilo lá. Era uma estação de tratamento de esgoto. Falei: “Vocês
230 não vão aguentar isso não.”, “Não, não tem mau cheiro, não tem nada.” Então visita lá e
231 busca que eu acho que vocês vão ter sucesso. – Silvia Letícia Ribeiro, Prefeitura
232 Municipal situada na área de abrangência URC – Divinópolis – Camilo, acerca da
233 indagação sobre o aterro de Divinópolis, hoje ele opera como aterro controlado. Com
234 relação ao licenciamento, na década passada, eu não tenho nenhuma informação a
235 respeito disso. O que eu sei hoje é que mesmo que o município quisesse habilitar um
236 aterro sanitário naquela área, nós não conseguiríamos em relação a restrições do
237 comando aéreo, do COMAR, pela proximidade com o aeroporto. O que tem em
238 andamento hoje é que o município, ele participa de um consórcio, aqui acho que a
239 cidade, quem deu andamento, acho que pela CEDRU, a cidade de Cláudio, e a gente
240 ainda opera naquele mesmo lugar há mais de trinta anos com características de aterro
241 controlado; com células impermeabilizadas, queima de gases, enfim. Sobre o
242 assoreamento do córrego, ali é o que, é o Flecha? Engenho, com relação à obra não é do
243 Hospital Municipal, é aquele Hospital Público, não é? Eu vou pedir para verificar se
244 existe alguma situação da obra que está causando assoreamento e eu posso te dar um
245 posicionamento na próxima reunião. – Camilo de Lélis André Melo, representante da
246 Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do
247 Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS – A respeito do hoje que você está falando
248 aterro sanitário, aterro controlado, eu lamento, por que hoje já podia ser o aterro
249 sanitário. Essa questão do aeroporto foi devidamente autorizada na época e mais grave
250 do que o aeroporto, era o chorume vazar para o Rio Pará, que também foi equacionado
251 para obter a licença. Então eu lamento você informar para a gente que um aterro
252 sanitário que estava licenciado e hoje trabalha dessa maneira, mas é o Poder Público,
253 não é? – Lessandro Gabriel da Costa, Associação Ambientalista do Alto São Francisco
254 – Teria que fazer só mais uma colocação a respeito do que foi citado a ETE Lagoa da

255 Prata. A ETE, Estação de Tratamento de Esgoto de Lagoa da Prata, está funcionando há
256 um mês, mas hoje se vocês consultarem no G1, inclusive tem uma matéria nossa lá de
257 duas empresas de Lagoa da Prata, uma que fabrica caramelos, que é a Embaré, e a outra
258 que é a Biosev. A estação de tratamento de esgoto da Embaré teve uma explosão essa
259 semana passada. Dentro do processo deles, que eles estão lá fazendo a melhoria na
260 estação, ela tem esse odor muito forte na cidade, daquele leite azedo que é feito lá no
261 tratamento na estação deles. E da usina também com a questão do vinhoto, que faz a
262 fertirrigação na cana. Lagoa da Prata é muito prejudicada com isso. Agora, o sistema da
263 estação de tratamento de esgoto de Lagoa da Prata terá um odorzinho sim, mas só que é
264 um sistema novo, um sistema todo fechado, um sistema que, até inclusive nesse jornal,
265 existem algumas fotos ilustrativas aqui no fundo. Aqui nessa campanha do dia três lá na
266 estação de tratamento de esgoto, é um sistema novo, é um sistema que não gera esse
267 odor. No município também de Santo Antônio do Monte, gostaria de registrar isso
268 também, porque a gente tem passado ali na rodovia então tem, é da COPASA também,
269 mas tem esse odor muito forte na rodovia, apesar de estar mais longe da cidade esse
270 aqui de Santo Antônio do Monte. Agora, complementando aqui, fechando a minha fala,
271 quando eu falo que de repente nós estamos virando um festival de desmatamento do
272 Estado de Minas e às vezes essas outorgas, vem esse pessoal fazendo aí, igual o Camilo
273 mencionou ali que o pessoal prefere ir lá e fazer, para não ter que faltar água, não ter
274 que ter aquela necessidade de água, infelizmente nós estamos virando um festival do
275 Estado de Minas Gerais de pessoas que estão fazendo essas infrações ambientais que no
276 futuro possa vir a prejudicar o nosso sistema de abastecimento de água. Por que a gente
277 não vai ter controle disso. Hoje nós já não estamos tendo fiscalização, não tem essa
278 condição dessa fiscalização efetiva, então daqui cinco, dez anos, eu creio que até os
279 nossos lençóis freáticos vão ser prejudicados por essa questão de poços artesianos sendo
280 feito aí indevidamente, talvez não sendo indevidamente, mas em formas irregulares
281 porque o sistema hoje está muito lento nesse licenciamento e o que me preocupa
282 também, por exemplo, vou citar até duas empresas de Lagos da Prata, que tem um
283 processo dentro da Supram que é o caso da Embaré e a Farlabe. A Embaré Caramelos,
284 leite em pó, e a Farlabe é medicamento. Eles sempre têm reclamado para a gente,
285 sempre têm falado assim: “Olha, nós estamos com os processos parados lá na
286 SUPRAM, nós estamos dependendo do licenciamento para o financiamento, nós
287 dependemos do licenciamento para ISO.”, as irregularidades dos certificados deles
288 dependem desse licenciamento da SUPRAM. Então isso vem decorrendo, ao longo do
289 período, a gente veio o ano passado muito tumultuoso, existe uma mudança sim hoje e a
290 gente espera que seja melhor para todo mundo, mas eu acho muito sacrificante o
291 produtor ter que sair lá da São Roque de Minas, ter que enfrentar uma fila, ter que
292 dormir numa fila, às vezes não tem condição de pagar um consultor para poder fazer o
293 sistema de licenciamento dele, então ele prefere ir lá e fazer o desmate ou fazer a coisa
294 irregular. Então isso me preocupa muito, porque acho que nós ainda estamos muito
295 abaixo da necessidade de ter uma fiscalização efetiva, igual eu citei aqui, volto a repetir,
296 a Polícia Ambiental e o Ministério Público tem feito um trabalho excelente no Estado
297 de Minas Gerais, por que se não fosse eles nós estaríamos passando por situações piores
298 aí. Então acho que o estado vai ter que ter uma, na própria superintendência vai ter que

299 ter uma contribuição melhor. Melhorar condições dos técnicos, melhorar condições de
300 mais funcionário, por que acho que do jeito que está nós vimos aqui, eu tenho visto aqui
301 alguns técnicos aqui, se pedir a licença do órgão, pedir o afastamento do órgão e
302 trabalhar talvez em consultoria em empresas daqui da região, que eles vão ganhar muito
303 mais, tem uma valorização melhor. E se esses nossos técnicos não tivessem a
304 valorização dentro do próprio órgão vai desanimando até o pessoal que está lá dentro. E
305 não tem condição de você mexer também com tanto processo, tanta burocracia dentro
306 de um sistema que realmente as coisas não estão andando. Então eu peço
307 encarecidamente que a gente possa melhorar isso aí, porque se dentro de um tempo aí
308 não tiver condição de melhorar nós vamos ter que levar a alguns órgãos superiores para
309 poder a gente tentar resolver isso melhor. Igual eu disse aqui antes, alguns grupos estão
310 sendo formados no Estado de Minas Gerais pela relevância da bacia do São Francisco,
311 que eu creio que vai surtir algum efeito. Nós temos até gente ligada ao Estado do Rio de
312 Janeiro, já buscando algumas mobilidades aqui na região do Alto São Francisco para
313 que a gente possa fazer alguma coisa para salvar essas lagoas marginais, para poder
314 fazer um trabalho melhor de reflorestamento, recuperação de nascente. Porque acho que
315 se a gente não fizer isso num período curto, aí nós vamos estar incorrendo em algumas
316 necessidades piores do que estão acontecendo aqui hoje na região nossa. – Camilo de
317 Lélis André Melo, representante da Federação das Associações Comerciais, Industriais,
318 Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS –
319 Lessandro, vou fazer uma observação, te cumprimentar pelo trabalho que você faz em
320 Lagoa da Prata, é fantástico. Você está de parabéns. Mas só gostaria de te pedir o
321 seguinte, na confecção dessas barraginhas, que eu estou vendo aqui a relação, são
322 muitas, você está de parabéns, mas que elas tenham manutenção, porque na nossa região
323 elas foram feitas nunca mais teve manutenção. Se alguém tem interesse em manter essas
324 barraginhas, tem que pagar do próprio bolso, e tem hora que fica difícil por que a
325 máquina te cobra a saída da cidade até na fazenda, para trabalhar uma hora ou duas,
326 então encarece. Então que nos seus projetos ao fazer a barraginha, que você tenha uma
327 previsão de manutenção dela por um determinado período. – Marcelo Ferreira
328 Guimarães, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis –
329 IBAMA – A DN que eu falei é 76/2004, artigo 19, que prevê essas obras emergenciais
330 igual essa de Lagoa da Prata lá, viu, Lessandro? – Edécio José Cançado Ferreira,
331 representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais –
332 FAEMG – Na verdade, a bacia do São Francisco, as lagoas estão todas em emergência,
333 todas sem exceção. Estão assoreadas, não tem mais aquela capacidade de
334 armazenamento de água para devolver ao rio na época da seca, que é quando ele precisa
335 das lagoas. O Conselheiro Francisco já abordou comigo aqui diversas vezes a ideia da
336 gente fazer um trabalho de desassorear essas lagoas. Mas Francisco, os sindicatos estão
337 abertos a ajudar, aberto à coisa, só que recurso, nós temos que buscar recurso onde hoje
338 também diz que não tem, o recurso vai todo para lá, mas eles falam que não tem, então
339 não sei como é que nós vamos fazer não. Nós na ponta lá é que não temos dinheiro
340 mesmo, Banco do Brasil está pisando no nosso pescoço lá e tem muita gente que já não
341 tem como respirar não, a língua está toda de fora. – José Oswaldo Furlanetto,
342 Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas – Bom, então agora agradeço a

343 fala dos Conselheiros, parabenizar a todos ainda que fizeram uso da palavra. Vamos
344 então para o próximo ponto de pauta que é exame da ata da 120ª Reunião Ordinária,
345 ocorrida em 23/07/2015. **4. Exame da Ata da 120ª RO de 23/07/2015.** – Francisco,
346 Ministério Público – Bom dia a todos, Francisco, Ministério Público. Eu já fiz as
347 minhas alterações todas nas minhas falas junto à Secretaria, vou só pedir ao
348 Conselheiros permissão para falar somente as linhas. Linhas 265, 373, 374, 951, 960,
349 965, 967, 1.022, 1.326, 1.925, 1.968, 1.997, 2.024, 2.025, 2.027, 2.041, 2.089, 2.141,
350 2.327, 2.337, 2.895, 2.897, 2.899, 2.917. Muito obrigado. – Edécio José Caçado
351 Ferreira, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
352 Gerais – FAEMG – Linha 2.320, onde consta “para a minha equipe”, é “para mim”, a
353 minha equipe sou eu. – Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação das
354 Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas
355 Gerais – FEDERAMINAS – Só uma pergunta de curiosidade, essa transcrição da ata
356 não tem jeito de ser melhorado não? Porque é um absurdo, ele ouve e escreve errado?
357 Isso não pode, para você ver a quantidade de erro que tem, não sei se é falta de atenção,
358 o que foi. Se avaliar as outras reuniões que eu participo e tudo, quando tem a leitura da
359 ata e tudo, não existe esse montão de correção não, Doutor Roberto está aí também,
360 frequenta muita reunião, e nas outras reuniões que o senhor frequenta tem essas
361 correções desse jeito, Doutor Roberto? Estou achando que é só na nossa, eu acho que
362 não sei não, com um bocadinho de atenção, de boa vontade, a turma que faz essa ata
363 podia colaborar também. – José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da
364 SUPRAM – Sul de Minas – Obrigado pela contribuição. Não é particularidade daqui
365 esses erros, até porque o erro é humano, mas atenção é sempre muito importante em
366 todas as reuniões que a gente participa e faz esse tipo de trabalho. Pode usar a palavra,
367 sem problema. – Roberto Soares Nogueira, representante do Comitê da Bacia
368 Hidrográfica do Entorno de Três Marias – Já que meu nome foi chamado eu tenho que
369 responder. Eu acho que houve uma melhora, a ata, as atas que nós analisamos no mês
370 passado, inclusive pequenos erros de digitação, essas coisas, eu não estou trazendo mais
371 não porque eu acho desnecessário, com a leitura dá para entender mesmo a gente
372 sabendo palavra, por exemplo, entendimento aqui está escrito atendimento em pelo
373 menos uns dois lugares. Mas quem está lendo o texto tá entendendo aqui. Então
374 realmente a gente perderia muito tempo aqui ficando mostrando esse tipo de erro. Mas
375 eu acho que houve uma melhora da última reunião tinha muito problema e essa aqui já
376 veio bem saneada. – Adriana, Diretoria Operacional – Bom dia, meu nome é Adriana,
377 Diretoria Operacional. Essa vai ser a última ata com erro, tá? Porque a gente tem um
378 contrato onde a empresa tem que transcrever, se ela não está fazendo o contrato então
379 nós vamos mudar o contrato, ela tem que entregar uma coisa mais bem feita. Nós não
380 temos tempo do estado para refazer serviço. Então o compromisso meu é de não ter erro
381 na próxima, obrigada. – José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da
382 SUPRAM – Sul de Minas – Passamos então para o item cinco da pauta. **5. Processo**
383 **Administrativo para exame de Revalidação da Licença de Operação:** 5.1
384 Estamparte Serigrafia Têxtil Ltda. - Serigrafia - Divinópolis/MG - PA/Nº
385 00852/2009/002/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. **RETORNO DE**

386 **VISTAS pelos Conselheiros Túlio Pereira de Sá, representante da FIEMG e**
387 **Camilo de Lélis André Melo, representante da**
388 **FEDERAMINAS.** Parecer único da SUPRAM favorável ao indeferimento do processo.
389 – Túlio Pereira de Sá, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas
390 Gerais – FIEMG – Vou ser bem breve aqui no nosso parecer, que foi o processo da
391 Estamparte Serigrafia Têxtil, em análise da última reunião dia 23/07, voltando para a
392 reunião de hoje. Quando concedida a licença de operação o empreendimento ficou
393 responsável pelo cumprimento de condicionantes que foram atendidas em prazos em
394 sua maioria. No caso do auto monitoramento, alguns parâmetros de efluentes líquidos
395 ficaram acima do limite estabelecido por lei, na maior parte das análises e também
396 algumas condicionantes foram cumpridas com atraso, prejudicando assim o
397 desempenho ambiental que é um dos fatores a serem analisados pela equipe técnica da
398 SUPRAM, comprometendo sua argumentação para parecer favorável. Dessa forma,
399 conforme parecer SUPRAM Alto São Francisco, nos manifestamos favoráveis ao
400 indeferimento da revalidação de licença de operação. É o parecer. – José Oswaldo
401 Furlanetto, Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas – Desculpa eu
402 esqueci de colocar, o processo está em discussão, em votação, o processo em discussão,
403 perdão. – Roberto Soares Nogueira, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do
404 Entorno de Três Marias – Eu quero fazer umas observações aqui. Na reunião passada a
405 Stela trouxe antes do pedido de vistas, uma observação de que tinha que modificar a
406 questão de cumprimento de condicionantes. E trouxe que a condicionante três foi
407 cumprida, a quatro também, a sete parcialmente, e eu resolvi conferir isso tudo, certo?
408 Só que no relatório técnico que nós recebemos para essa reunião, a três está cumprida
409 parcialmente, a quatro está cumprida parcialmente, está certo? E tem umas observações,
410 como, por exemplo, que as planilhas do controle do recurso hídrico estão lá e
411 reclamando que não foi colocado a foto de instalação do horímetro e o hidrômetro. Eu
412 não vejo como montar planilha de consumo de água sem o horímetro e o hidrômetro,
413 infelizmente não há possibilidade. Então quer dizer, eu não entendo que isso aí seja
414 motivo para indeferimento, certo? No controle processual, por exemplo, no primeiro
415 relatório que veio na reunião passada, veio com um monte de coisa inclusive afirmando
416 que não havia cumprimento das condicionantes. Na minha leitura, eu posso até ter
417 cometido algum engano, todas as condicionantes foram cumpridas, algumas com
418 pequenos detalhes, mas todas elas estão cumpridas. O problema que eu vejo é só no
419 monitoramento. O caso do DQO, que eu acho que é o famoso caso aí de estação de
420 tratamento que nós já discutimos aqui exaustivamente, está certo? COPASA que tem
421 um grupo de técnicos espetacular, hoje recebeu aqui uma saraivada de reclamações.
422 Então realmente ajustar uma coisa e foi inclusive justificada no relatório técnico
423 dizendo que tinha uma pia lá em que o pessoal lavava as mãos com resíduo de coisa e
424 que isso estava alterando os resultados do monitoramento. Então eu li isso aqui com
425 muito carinho. Tenho também no controle processual a afirmativa em que foi o caso de
426 aplicar a revalidação automática, desse modo ficou dispensada a assinatura do TAC, eu
427 estou vendo que foi assinado um TAC este ano. Então quer dizer, se isso aqui foi
428 afirmado, não tinha TAC, não é? Não teria TAC. Foi constatado o descumprimento de
429 condicionantes da licença anterior, inclusive com autuação, não me parece isso aqui ser
430 razoável. Então eu entendo que esse processo devia baixar em diligência para que a
431 gente receba um relatório técnico que dê tranquilidade para o Conselheiro votar certo.
432 Eu não estou dizendo que isso é o fim da coisa, mas é porque ela veio uma vez, precisou
433 fazer correções, depois as correções não foram feitas adequadamente, no meu entender,
434 o relatório voltou quase que igual o anterior, sem correções desse tipo de coisa. Então
435 eu pediria ao presidente que baixasse isso em diligência, e que nós numa próxima

436 reunião tenhamos o relatório técnico adequado para a gente poder votar com
437 tranquilidade. – Fernanda, SUPRAM Alto São Francisco – Antes de abrir para a equipe
438 se manifestar, eu só queria fazer uma correção, não foi a Stela quem falou, quem se
439 manifestou na última reunião foi a Raíssa. Inclusive eu já pedi à Carol que corrigisse a
440 ata, linha 1488, consta Estela, mas na verdade foi Raíssa, obrigada. – Roberto Soares
441 Nogueira, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno de Três Marias –
442 Eu fui induzido ao erro pela ata, tá certo? E eu realmente não consigo, na minha idade
443 eu não consigo lembrar nome de muita gente não, viu? Eu daqui a uns dias eu vou
444 esquecer da minha esposa e das minhas filhas. – José Augusto – SUPRAM – Com
445 relação a essa questão da baixa em diligência, eu acredito que a gente possa dar
446 esclarecimentos que permitam falar sobre o que foi levantado então. Com relação à
447 questão do TAC, de fato foi assinado o TAC por que eles tinham dois processos de
448 licenciamento, um de lavanderia, que ele foi julgado há dois meses atrás e para essa
449 realmente precisava do TAC. O TAC ele foi assinado para os dois processos, só que
450 para esse de serigrafia ele era dispensável, na realidade não precisava por que a licença
451 eles entraram com mais de noventa dias, mas menos de cento e vinte. Então, acabou que
452 não seria necessário o TAC para esse empreendimento serigrafia porque pela DN 17 lá
453 da época poderia aplicar essa prorrogação automática, então o que aconteceu com
454 relação a essa questão do TAC foi isso. Aí no meu parecer eu mencionei que o TAC era
455 dispensável, ele foi assinado para serigrafia também, para serigrafia seria dispensado,
456 para a lavanderia foi necessário o processo que ele tramitou. – Roberto Soares
457 Nogueira, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno de Três Marias –
458 Eu entendo é o seguinte, o relatório técnico é o que vai instruir o processo, é o que vai
459 ficar registrado e arquivado, ele tem que ser um documento limpinho, um documento
460 sem dúvidas, sem dupla interpretação, sem coisas que você está explicando para a gente
461 aqui, mas não está lá, está certo? Então o meu pedido que ele volta arrumadinho para
462 que a gente tenha tranquilidade para votar esse processo sem discussão, certo? Eu acho
463 que é razoável, está certo? O meu “coisa” está preso nisso, eu fiquei muito, tomei um
464 tempo danado para entender esse processo todo e as correções todas necessárias. Então
465 eu entendo que os Conselheiros também devam ter tido dificuldade para entender,
466 certo? Então é melhor ter um relatório técnico adequado, que vai ficar registrado, vai
467 ficar arquivado, e nós votarmos aqui com a total tranquilidade. – Camilo de Lélis André
468 Melo, representante da Federação das Associações Comerciais, Industriais,
469 Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS – Roberto,
470 concordo com o senhor plenamente, acho que o processo quando viesse para ser votado
471 não precisava do técnico dar nenhum esclarecimento igual ele está dando desse. Se
472 houve isso, colocasse no papel e pusesse no relatório, simples, tranquilo, alguma dúvida
473 que a gente tivesse esclarecia. Agora eu não entendo porque os técnicos tem uma certa
474 aversão que o processo baixa em diligência, é normal, uai, vai baixar eles vêem. Quem
475 sabe às vezes eles acham até outros pontos importantes dentro do processo que podem
476 trazer para esclarecimento da gente. Agora eu queria salientar também o seguinte: outro
477 dia eu fui lá na superintendência conversar com o superintendente, com o Doutor Paulo.
478 Cheguei lá na entrada estou pedindo a moça: “Aqui, eu queria conversar com o
479 superintendente, Doutor Paulo, sou Conselheiro daqui e tal.” Aí um cidadão que estava
480 sentado lá na frente levantou e falou: “Eu, sou eu.” Uai, até já conhecia ele há muito
481 tempo que ele é advogado em Oliveira, e tal, e fiquei surpreso quando a Fernanda falou
482 que houve uma melhora no atendimento, acredito que deve ter sido em função da
483 atuação dele, por que ele está lá vendo o que está acontecendo. Então ele deve ter
484 corrigido essa parte, isso aí eu não tenho dúvida que eu tenho certeza. Outra vez eu
485 voltei lá para ter uma reunião com ele, cheguei na sala e fiquei surpreso naquela sala de

486 reunião lá em cima, falei: “Isso aqui está parecendo junta de conciliação e julgamento.”
487 Tinha umas três mesas ocupadas com o pessoal e dando as informações para os
488 empreendedores, eu falei: “Isso aqui está uma verdadeira junta de conciliação, todo
489 mundo atuante, todo mundo trabalhando e esclarecendo.” Eu acredito que agora com o
490 Doutor Paulo, não que o Nalton não tivesse com a boa vontade de sanear a Casa, mas
491 com o Doutor Paulo agora eu estou achando que nós podemos acreditar que o
492 atendimento lá vai melhorar sim, com certeza. Até por que eu tive oportunidade de
493 presenciar o enfrentamento que... Não é enfrentamento, uma discussão com o técnico,
494 porque o técnico dá esse parecer, acho que o técnico tem hora que é muito rígido, que
495 podia ser mais maleável, e o Doutor Paulo está conversando e está discutindo com todo
496 mundo que o procura. E outro detalhe, lá com ele não precisa de marcar horário não,
497 chega, ele tá lá, ele atende todo mundo. Então queria deixar registrado aqui a atuação do
498 Doutor Paulo, que realmente parece que lá está batendo novos ares, vamos ver se Deus
499 ajuda que melhore. – Edélcio José Cançado Ferreira, representante da Federação da
500 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG – Camilo, me permita
501 fazer das suas palavras minhas palavras, que eu também estive juntamente com você em
502 ocasiões solteiras a oportunidade de presenciar essa atuação do nosso novo
503 superintendente. E rogo que continue nesse caminho, é um caminho muito profícuo, que
504 pode fazer com que esse distanciamento do empreendedor com o órgão ele seja cortado
505 e a gente tenha uma proximidade maior que só tem a ganhar o meio ambiente com essa
506 proximidade. – Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação das
507 Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas
508 Gerais – FEDERAMINAS – Doutor Edélcio, completando também, fiquei surpreso
509 também com a Doutora Adriana, que assim que nós chegamos lá o senhor estava junto o
510 senhor viu, ela imediatamente chegou, foi lá na nossa mesa, porque estava uma sessão
511 de informação, e os esclarecimentos ela deu assim de pronto na hora, não teve frescura
512 não. Chegou, então a doutora também está de parabéns junto com o Doutor Paulo. –
513 Edélcio José Cançado Ferreira, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do
514 Estado de Minas Gerais – FAEMG – Camilo, não podemos deixar de registrar também
515 a forma extremamente cortês e eficaz que fomos nessa última intervenção nossa na
516 SUPRAM, intervenção, visita nossa à SUPRAM, do Silvestre e da Doutora Vilma. E
517 acredito que isso seja um norte que toda a equipe esteja seguindo agora. De antemão já
518 parabênizo a todos por essa nova postura. – José Augusto – SUPRAM – No caso como
519 já foi analisado o processo e constaram os esclarecimentos, entenderia que seria o caso
520 da gente tentar realmente aprovar, por que ele está indo para indeferimento, e empresa
521 está com revalidação. Se as correções puderam ser realizadas e os esclarecimentos
522 necessários no parecer jurídico, não foi falado, foi falado que era dispensável o TAC, e
523 foi esclarecido isso. Eu entendo que, a gente poderia tentar levar, mas claro, fica isso a
524 critério, mas acho que se a gente pode esclarecer, resolver isso hoje, não vejo o porquê
525 de deixar isso postergar para uma outra reunião. – Roberto Soares Nogueira,
526 representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno de Três Marias – Eu entendo
527 é o seguinte: o relatório não está legal, não está bom, está certo? Ele está suscitando
528 dúvidas, ele tem observações que não batem com o que foi, por exemplo, proposto na
529 reunião anterior aí de correção, está certo? Então eu entendo que ele deve ser melhorado
530 e apresentado. É minha opinião, está certo? Se você quiser ficar com um documento
531 cheio de dúvidas, cheio de coisa, tudo bem, mas eu entendo que não custa nada nós
532 recebermos um relatório tranquilo, limpo, vamos dizer, sem dúvida, sem duplo sentido.
533 E outra coisa, a empresa não está sendo prejudicada não, tem um TAC em andamento,
534 então eu não vejo prejuízo nenhum nisso aí, está certo? Nem burocraticamente. –
535 Raíssa, SUPRAM Alto São Francisco – Somente esclarecendo que após a baixa de

536 diligência o processo ele não é modificado, ele vem igual estava o processo anterior do
537 mês passado, que foi julgado no mês passado. Do retorno de vista, desculpa, eu
538 equivoquei, do retorno de vista. A gente não faz a modificação para a próxima reunião,
539 o que foi modificado já constou em ata da última reunião. – Fernanda, SUPRAM Alto
540 São Francisco – Só para esclarecer o que a Raíssa quis dizer: o que aconteceu, o
541 processo veio para julgamento, foi pedido vista, quando é pedido vista, a gente
542 simplesmente republica o mesmo parecer, então não houve nenhuma alteração no corpo
543 do parecer, as alterações que houve foram constadas em atas na reunião que a
544 Estamparte veio para julgamento. – Roberto Soares Nogueira, representante do Comitê
545 da Bacia Hidrográfica do Entorno de Três Marias – Para análise dos Conselheiros, é o
546 relatório técnico, quem não esteve aqui na reunião passada, como o Marcelo, por
547 exemplo, ele não tem como adivinhar que foi feito, você que colocou aquelas correções,
548 ele não advinha não. Então eu entendo que nós precisamos arquivar um documento
549 correto, adequado, porque nós estamos votando ele. E eu acho que para fins de
550 instituição da SUPRAM é que tenha lá um documento adequado. Agora, se vocês
551 acharem que pode ficar de qualquer jeito eu retiro a minha proposta, mas eu,
552 sinceramente, insisto com o presidente aqui que baixe em diligência para que a gente
553 receba um relatório técnico adequado. E não se trata de pedido de vista não, eu quero é
554 correção. – Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação das Associações
555 Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais –
556 FEDERAMINAS – Senhor Presidente, nós sabemos que essa decisão de baixar em
557 diligência ou não é do senhor, então eu apelo pelo seu bom senso, que o senhor em
558 atendimento ao Doutor Roberto baixe esse processo em diligência. Quem sabe se talvez
559 nesse intervalo a equipe vai lá fiscalizar e vê que alguma dessas condicionantes
560 realmente foram cumpridas. O Doutor Roberto está afirmando que foram cumpridas, e
561 eu vou ser sincero, entre a palavra do técnico e a palavra do Doutor Roberto, nesse caso
562 eu estou com o Doutor Roberto, eu acredito na palavra dele. Então que baixe em
563 diligência e tire essas dúvidas. – Francisco, Ministério Público – Conselheiro Camilo,
564 eu só gostaria de um esclarecimento, o senhor apresentou um parecer de vista se
565 manifestando pelo indeferimento do processo, concordando com o parecer único. O
566 senhor está alterando seu posicionamento, é isso? – Camilo de Lélis André Melo,
567 representante da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de
568 Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS – É. – Francisco, Ministério
569 Público – E o senhor tem o direito de fazê-lo, eu só estou querendo esclarecimento. –
570 Camilo de Lélis André Melo, representante da Federação das Associações Comerciais,
571 Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS
572 – Eu acho que não é inteligente a pessoa que não muda o seu posicionamento, eu estou
573 mudando meu posicionamento em função do esclarecimento do Doutor Roberto. E
574 lamento, que se tivesse feito a vistoria junto com ele eu tenho certeza que desde o início
575 o meu posicionamento seria esse dele. Então eu estou aqui mudando o meu
576 posicionamento e apoiando o Doutor Roberto. E toda vez, em qualquer assunto que eu
577 entender que eu errei, que eu equivoquei, eu mudo tranquilamente a minha posição. –
578 Raíssa, SUPRAM Alto São Francisco – Somente ressaltando a questão que é uma
579 questão procedimental, essa questão do retorno de vistas, de o parecer ter sido publicado
580 novamente igual ao parecer anterior. Isso é uma questão procedimental, então é isso aí,
581 esclarecendo. E mais uma questão, que o indeferimento ele foi ensejado pelo
582 descumprimento, primeiramente porque durante todo o período da vigência da licença
583 ocorreu degradação ambiental, e em segundo em questão do efluente sanitário, e em
584 questão do efluente industrial, durante dois anos, não foram entregues análises de auto
585 monitoramento, então isso a gente não sabe como estava o monitoramento, como estava

586 a qualidade do efluente industrial durante esses dois primeiros anos da licença. Então só
587 ensejando dessa forma que a principal questão do indeferimento foi essa. – Fernanda,
588 SUPRAM Alto São Francisco – Raíssa, só para o presidente decidir, eu gostaria de
589 saber se a baixa em diligência poderia mudar o status do processo. – Não se identificou
590 – No mérito iria voltar como indeferimento, talvez serviria para essa questão formal,
591 mas que eu acho que se a gente pode corrigir, esclarecer aqui, e isso vai constar
592 documentalmente na ata, mas a esse respeito os outros entendimentos e é só uma
593 manifestação da minha parte, mas desse, não é a mim que vai caber decidir isso. –
594 Roberto Soares Nogueira, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno de
595 Três Marias – Eu não estou pedindo para deferir nada, não estou defendendo
596 deferimento nenhum, está certo? Eu quero ter tranquilidade para analisar o processo e
597 acho que todos os Conselheiros aqui almejam isso, está certo? Eu não estou pedindo
598 para mudar posição de equipe técnica, eu não faço esse tipo de coisa, está certo? Vocês
599 me conhecem há muitos anos, eu estou aqui querendo que a gente possa analisar com
600 tranquilidade e com segurança, só isso, mais nada. O que vai ser votado e o que vai
601 decidir, são vinte membros aqui que vão decidir, não sou eu não. – Raíssa, SUPRAM
602 Alto São Francisco – Sobre o questionamento da Fernanda, por enquanto na minha
603 análise não mudaria a questão do deferimento, mas se for o desejo dos Conselheiros, se
604 for o desejo do presidente, se quiser a questão da baixa em diligência a gente vai fazer
605 com prazer um parecer novo. – José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da
606 SUPRAM – Sul de Minas – Bem, então algum outro Conselheiro quer se posicionar a
607 respeito do processo? Não havendo, meu entendimento é de acatar a sugestão do Doutor
608 Roberto e baixar o processo em diligência para trazê-lo para a próxima reunião com as
609 adequações solicitadas e informadas aqui pelos Conselheiros. Queria passar então para o
610 próximo ponto de pauta, o item ponto seis. **6. Processo Administrativo para exame da**
611 **Licença de Operação Corretiva: item 6.1 Adição Distribuição Express Ltda. -**
612 **Industrialização de carne, inclusive desossa, charqueada e preparação de conservas -**
613 **Divinópolis/MG - PA/Nº 02615/2005/003/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram ASF.**
614 **RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.** Responsável técnico Maria Bento
615 Toledo. – José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de
616 Minas – Processo está em discussão, em votação, processo em discussão. – Não se
617 identificou – Inclusão da condicionante padrão do Cadastro Técnico Federal. A empresa
618 tem o cadastro só que ela está com a pendência no comprovante de inscrição ativo.
619 Então a condicionantes seria apresentar certificado de regularidade do cadastro técnico
620 federal, CTF do IBAMA, prazo trinta dias. – Francisco, Ministério Público – Uma
621 pergunta, se o AVCB está válido e engloba o empreendimento como um todo? – José
622 Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas – Diretoria
623 técnica poderia responder? – Raíssa, SUPRAM Alto São Francisco – O AVCB, só um
624 minuto. – Fernanda, SUPRAM Alto São Francisco – O AVCB está válido e engloba o
625 empreendimento como um todo. – José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional
626 da SUPRAM – Sul de Minas – Alguém mais? Vamos passar o processo então para
627 votação. Com aprovação ou não da condicionante do IBAMA. Então com a inclusão da
628 condicionante do IBAMA coloco o processo em votação. – Francisco, Ministério
629 Público – Senhor Presidente, na linha do maior rigor possível em relação ao
630 cumprimento de condicionantes e de cláusulas do TAC, considerando que uma das
631 cláusulas foi cumprida com atraso, eu me manifesto pelo indeferimento do processo. –
632 José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas –
633 Processo aprovado então com um voto contrário do Ministério Público, Doutor
634 Francisco. Fica então a empresa licenciada pelo prazo de seis anos. Vamos para o
635 próximo ponto de pauta. **7. Processo Administrativo para exame de Prorrogação de**

636 **Prazo de Validade da Licença de Instalação Corretiva:** 7.1 Dragagem e
637 Terraplanagem Irineu Ltda. - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na
638 construção civil - Oliveira/MG - PA/Nº 21033/2010/001/2011 DNPM 832.803/2009 –
639 Classe 3. Apresentação: Supram ASF. **RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.**
640 Favorável ao indeferimento é o PU. – Marcelo Ferreira Guimarães, Instituto Brasileiro
641 do Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis – IBAMA – Gostaria de
642 parabenizar a equipe da SUPRAM pelo parecer técnico da vistoria feita no local, que eu
643 solicitei a baixa. Muito obrigado. – José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional
644 da SUPRAM – Sul de Minas – Alguém mais? Não havendo ninguém, processo em
645 votação. Os que estiverem favoráveis ao indeferimento do processo permaneçam como
646 estão, os contrários se manifestem. O processo então fica indeferido. 8. Processo
647 **Administrativo para exame de Convocação ao Licenciamento Ambiental:** 8.1
648 Artesanato de Fogos Bandeirantes Ltda. - Fabricação de pólvora e artigos pirotécnicos -
649 Japaraíba/MG - PA/Nº 00296/2003/002/2013 - Classe 1. Apresentação: Supram ASF.
650 **RETORNO DE BAIXA EM DILIGÊNCIA.** Processo está em discussão. – Francisco,
651 Ministério Público – Um dos motivos da baixa em diligência foi a análise a respeito da
652 necessidade de apresentação do estudo prévio de impacto cultural, considerando a alta
653 potencialidade de existência de cavidades na área. Pelo que eu entendi foi apresentado
654 um relatório, por um profissional, informando que não existem cavidades na área.
655 Considerando que é uma área que se encontra dentro do mapa como área de alto
656 potencial, a pergunta que eu quero fazer é até de ordem procedimental, para que esse
657 fique sedimentado na SUPRAM e no Conselho. A própria SUPRAM pode dispensar
658 esse estudo ou é necessário uma manifestação, por exemplo, o IEPHA? – Camilo de
659 Lélis André Melo, representante da Federação das Associações Comerciais, Industriais,
660 Agropecuárias e de Serviços do Estado de Minas Gerais – Enquanto a SUPRAM pensa
661 lá o que vai responder, eu entendo, Doutor Francisco, que a visita do técnico da
662 SUPRAM no local e olhando que não tem essas grutas, e ele fala: “Não, não existe
663 gruta.” Então eu acho desnecessário prorrogar o andamento do processo para pedir esse
664 estudo. Eu acho que o técnico mesmo, ele na responsabilidade de técnico, ele tem, no
665 meu modo de entender, ele tem essa capacidade. – Levi – Técnico da SUPRAM – Só
666 um esclarecimento, além da vistoria do técnico, que não foi constatado nenhuma
667 cavidade no empreendimento após a baixa do processo em diligência foi feito uma nova
668 vistoria por um profissional, por um geólogo, que fez o levantamento num raio de
669 quinhentos metros do empreendimento. – Francisco, Ministério Público – Eu vou fazer
670 mais uma pergunta e daqui a pouco eu me manifesto. Parece que foi solucionada a
671 questão do AVCB na última reunião, ou no adendo, o AVCB está ok, ficou
672 absolutamente esclarecido, existe AVCB válido para o empreendimento? – Levi –
673 Técnico da SUPRAM – Além do esclarecimento feito na última reunião, nós
674 solicitamos a apresentação do AVCB, e o AVCB está no processo e está válido. –
675 Francisco, Ministério Público – Ok. Eu vou então encaminhar o meu voto já, e eu vou
676 me abster, mas eu gostaria que se possível na próxima reunião que fosse apresentada
677 pela SUPRAM uma manifestação do órgão competente, eu estou dizendo aqui só de
678 competência dos órgãos para que não haja o risco do órgão ambiental estar usurpando a
679 competência do órgão que cuida do patrimônio cultural. Mas que haja essa manifestação
680 para que essa questão fique uniformizada e sedimentada. Se há ou não a necessidade de
681 uma manifestação do órgão competente é dispensando os estudos, ou se o próprio órgão
682 ambiental pode fazê-lo. Nesse caso eu vou me abster porque realmente eu não estou
683 enxergando nenhum risco, mas enfim. – Roberto Soares Nogueira, representante do
684 Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno de Três Marias – As explicações sobre a
685 validade da licença que foram apresentadas, me satisfizeram. Eu levantei o problema,

686 que apesar de ser classe um estaria sendo tratado como classe três, mas a explicação da
687 equipe técnica me satisfaz plenamente, estou de acordo com os oito anos. – José
688 Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas – Não
689 havendo mais discussão podemos colocar o processo então em votação. Com o parecer
690 para o deferimento pela SUPRAM do Alto São Francisco. Processo em votação, aqueles
691 que concordam com o parecer da SUPRAM Alto São Francisco permaneçam como
692 estão, os contrários se manifestem. – Francisco, Ministério Público – Abstenção
693 Ministério Público. – José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da SUPRAM
694 – Sul de Minas – Processo aprovado com abstenção do Ministério Público, Doutor
695 Francisco. A licença está validada para até oito anos. Próximo item da pauta, item nove,
696 item nove ponto um. **9. Processo Administrativo para exame da Licença de**
697 **Operação:** 9.1 Siderúrgica Alterosa Ltda. - Produção de fundidos de ferro e aço, sem
698 tratamento químico superficial, inclusive a partir de reciclagem - Pará de Minas/MG -
699 PA/Nº 00035/1984/024/2015 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. **Governo do**
700 **Estado de Minas Gerais Secretaria de Estado de Meio Ambiente e**
701 **Desenvolvimento Sustentável Superintendência Regional de Regularização**
702 **Ambiental Alto São Francisco.** Processo em discussão. – Francisco, Ministério
703 Público – Algumas perguntas: primeira é se foi fixada a compensação ambiental nos
704 processos anteriores, por que aqui nós estamos falando só de uma estrutura, que está
705 sendo licenciada. – José Augusto, SUPRAM – Alto São Francisco – Com relação à
706 questão da compensação, até quando foi votado a licença prévia de instalação a gente
707 esclareceu, e nesse também, a atividade acessória. Aí eu verifiquei lá no IEPHA. No
708 IEPHA, no SPB do IEF, e eles informaram que a compensação para empresa ela foi
709 quitada e eles estão ok com isso. – Francisco, Ministério Público – Ok. E existe AVCB
710 para o empreendimento como um todo? – Eliane, Consultora da empresa – A empresa já
711 tem o projeto de AVCB aprovado, e nessa parte já está instalada, apesar que tem um
712 cronograma já aprovado pelo próprio Corpo de Bombeiro para entregar tudo em março,
713 mas como essa instalação é nova, ela já foi toda instalada com o AVC, desculpa, com os
714 projetos para o AVCB dentro da norma. – Francisco, Ministério Público – Mas o Corpo
715 de Bombeiros ainda não expediu o AVCB? – Eliane, Consultora da empresa – Ainda
716 não, porque ainda está na fase do cronograma. – José Oswaldo Furlanetto,
717 Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas – Algum outro Conselheiro que
718 queira fazer uso da palavra? Não havendo, processo então em votação. Aqueles que
719 concordam com o parecer da SUPRAM Alto São Francisco, que é pelo deferimento,
720 permaneçam como estão, os contrários se manifestem. – Francisco, Ministério Público –
721 Indeferimento pela inexistência do AVCB por se tratar de uma licença de operação. –
722 José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas –
723 Processo aprovado, para um prazo de quatro anos a validade da licença, com o voto
724 contrário, desculpa, com abstenção do Ministério Público, Doutor Francisco. – Não se
725 identificou – É indeferimento. – José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da
726 SUPRAM – Sul de Minas – É indeferimento mesmo, então corrigindo, processo
727 aprovado com ausência do AVCB com o indeferimento do Ministério Público, com a
728 licença válida para quatro anos. **10. Processo Administrativo para exame de**
729 **Revalidação da Licença de Operação:** 10.1 Alves Filho Indústria e Comércio Ltda. -
730 Fabricação de calçados em geral; serigrafia; moldagem de termoplástico não
731 organoclorado, sem a utilização de matéria-prima reciclada ou com a utilização de
732 matéria-prima reciclada a seco, sem utilização de tinta para gravação – Nova
733 Serrana/MG - PA/Nº 23680/2005/003/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF.
734 Parecer favorável pelo deferimento da SUPRAM Alto São Francisco, processo em
735 discussão. – Roberto Soares Nogueira, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica

736 do Entorno de Três Marias – Eu notei aqui uma coisa que me chamou atenção, eu
737 gostaria de pedir à equipe técnica para ter um pouquinho mais de paciência com os
738 empreendedores. É o seguinte: é um pedido de prorrogação que o empreendedor pediu
739 noventa dias e foi concedido dez dias. Quer dizer, depois vira e fala assim: “Ah, não,
740 cumpriu com atraso.” Eu acho que aqui no Conselho nós nunca abaixamos pedidos de
741 prorrogação de prazo. É preciso pensar um pouquinho que em dez dias você não resolve
742 nenhum problema, está certo? Se o empreendedor está pedindo noventa dias,
743 justificado, conceder dez dias? Então era só isso aí, eu acho que vocês podem fazer isso
744 tranquilamente e evitar até que fique depois lá as observações de atraso no
745 cumprimento, uma coisa. – Helena, SUPRAM – Alto São Francisco – Essa relação do
746 prazo o senhor está falando de onde, do cumprimento das condicionantes? – Fernanda,
747 SUPRAM – Alto São Francisco – Condicionantes número cinco, Helena. Havia sido
748 concedido um prazo de noventa dias, a prorrogação foi concedida por dez dias.
749 Acredito, roberto, que essa prorrogação foi de dez dias, uma vez que era apenas para
750 organizar almoxarifado, não dependia de nenhum órgão, não dependia de nenhum
751 certificado, nada, era só simplesmente para organização, ok? – Roberto Soares
752 Nogueira, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno de Três Marias –
753 Eu, me chamou atenção pelo seguinte: tem algumas das condicionantes que estão lá
754 cumpridas com atraso, está certo? E eu vi que o empreendedor pediu noventa dias e foi
755 concedido só dez, eu acho que se a pessoa pede noventa ela não está pedindo por pedir,
756 então é uma questão até muito simples de ser resolvida. Mas aqui, por exemplo, no
757 Conselho, a experiência nossa aqui desde 2004 é que quando se pede uma prorrogação
758 de prazo, se pede um prazo um pouquinho mais folgado, evita, inclusive, a burocracia,
759 porque vocês dão dez dias ele volta daí dez dias para pedir mais um pouco. Então tem
760 muita gente lá pedindo coisas na própria SUPRAM, está certo? Então é apenas uma
761 sugestão, está certo? Obrigado. – Helena, SUPRAM – Alto São Francisco – Eu
762 concordo com o Conselheiro, e essa prorrogação foi concedida em 2009, então assim eu
763 acredito que as mudanças estão ocorrendo e tem se melhorado isso, tem se revisto isso.
764 – Túlio Pereira de Sá, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas
765 Gerais – FIEMG – Helena, só tirar uma dúvida com você, condicionante dois: informar
766 à SUPRAM Alto São Francisco quando à instalação de novos equipamentos não
767 contemplados no processo, no presente licenciamento e aguardar autorização desse
768 órgão. Não sei se a redação está complicada, mas qualquer equipamento a ser instalado
769 você ter que apresentar para a SUPRAM e aguardar autorização dela para você poder
770 colocar equipamento, fica um pouco complicado. Às vezes ou melhoraria isso aí em
771 relação ao que fosse mexer na questão de classificação do empreendimento ou na
772 questão da atividade, mas acho que tem alguns equipamentos que não tem o porquê,
773 pode informar, tudo bem, mas que não tenha que aguardar autorização do órgão. A não
774 ser que tenha que fazer alguma modificação na licença. Então queria solicitar que tirasse
775 esse finalzinho aí “Aguardar autorização desse órgão”, porque isso aí vai ficar meio
776 complicado. Sim, novos equipamentos, sim. Novos, então, mas independente, se vai
777 instalar um novo equipamentos independente, você pode só informar. Sim, mas você
778 não tem que ficar aguardando o órgão ambiental, dependendo do equipamento você tem
779 que instalar, se for todo equipamento você tem que aguardar o posicionamento do órgão
780 ambiental fica um pouco complicado. Concordo, informar quanto à instalação de novos
781 equipamentos, beleza, mas acho que podia tirar essa parte final, e aguardar autorização
782 desde órgão. – Fernanda, SUPRAM – Alto São Francisco – Túlio, acredito que seja
783 porque esses equipamentos não estão contemplados nessa licença. – Túlio Pereira de Sá,
784 representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG – Sim,
785 mas se o equipamento ele não, ele pode não estar contemplado, mas às vezes você vai

786 comprar um equipamento novo ali que não vai influenciar em nada mais na sua licença.
787 Acho que informar eu concordo, só acho que não tem que ficar aguardando órgão
788 ambiental liberar isso, porque senão também qualquer equipamento que colocar um
789 novo lá ter que mandar para a SUPRAM, esperar autorização para implantar vai atrasar
790 muita coisa aí. Eu acho que dependendo do equipamento não tem nada em relação à
791 licença. – Roberto Soares Nogueira, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do
792 Entorno de Três Marias – Por favor, me permita discordar. Eu acho é o seguinte, se
793 você tem lá um motor, queimou e você vai substituí-lo, não tem que informar nada para
794 a SUPRAM, não tem que fazer nada por que já é um equipamento listado. Aí no caso
795 parece que a preocupação deles seria com novos equipamentos, novas coisas para
796 produzir que não foram analisados no processo de licenciamento. Eu não vejo problema
797 nenhum não. – Túlio Pereira de Sá, representante da Federação das Indústrias do Estado
798 de Minas Gerais – FIEMG – Eu também não vejo problema de informar logo, Roberto,
799 o problema é ter que aguardar a autorização do órgão ambiental, porque você sabe que
800 não é fácil, não é rápido. – Roberto Soares Nogueira, representante do Comitê da Bacia
801 Hidrográfica do Entorno de Três Marias – Se você expandir sua produção você não tem
802 que pedir licença ao órgão ambiental? – Túlio Pereira de Sá, representante da Federação
803 das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG – Sim, no caso desse sim. – Roberto
804 Soares Nogueira, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno de Três
805 Marias – Se você não colocar mais uma máquina lá você não tem que pedir? Olha, pelo
806 amor de deus, isso aí realmente a redação não está. – Túlio Pereira de Sá, representante
807 da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG – Então me informa
808 uma redação melhor, mas que não tenha situação. – Roberto Soares Nogueira,
809 representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno de Três Marias – A redação
810 não está muito bacana não, mas eu acho que ela é justificada, porque eu estou te
811 falando, você não pode deixar a pessoa botar o que quiser na empresa e produzir não. –
812 Francisco de Assis Braga, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES – Só
813 um comentário. Se houver alguma alteração ao processo produtivo é necessário que o
814 órgão ambiental autorize essa alteração. Então se houver um equipamento novo,
815 equipamento que não existia no processo, qualquer alteração precisa de haver essa
816 avaliação, quem vai dizer se é cabível ou não, dentro do que foi licenciado, e dentro do
817 controle ambiental do empreendimento, é o órgão ambiental. Então se há problema de
818 demora, dentro do cronograma de planejamento da empresa, faz o pedido com
819 antecedência, tendo em vista o prazo necessário para fazer a análise ambiental da
820 solicitação. – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais e Renováveis
821 – IBAMA – Se vai apresentar novos equipamentos, vai alterar a licença, e ele vai ter
822 que entrar com outro pedido de licença, não? Do jeito que está a condicionantes aqui. –
823 Fernanda – SUPRAM Alto São Francisco – Não necessariamente. De acordo com o DN
824 74, ampliações, modificações no processo produtivo que ensejaria uma ampliação ou
825 alguma alteração na licença. Só uma sugestão, acho que nós deveríamos ouvir a técnica
826 que colocou essa condicionante para que ela se manifeste acerca da retirada ou não
827 desse trecho. Helena, por favor. – Roberto Soares Nogueira, representante do Comitê da
828 Bacia Hidrográfica do Entorno de Três Marias – Eu vou lembrar uma coisa, eu falei de
829 motor, mas, por exemplo, queima um transformador não tem que vir pedir a “benção” à
830 SUPRAM não, uai. Você não vai parar a sua produção não, você vai tomar providência
831 para colocar outro no lugar, sem precisar pedir aprovação, porque é um equipamento
832 que já está lá, ele já está previsto no funcionamento da sua empresa. Mas realmente,
833 chegou com uma máquina nova que vai alterar a produção, aumentar ou diminuir a
834 produção, ou alterar e tal, é claro que tem que vim uma consulta para a SUPRAM. –
835 Túlio Pereira de Sá, representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas

836 Gerais – FIEMG – Então que especifique seja isso, porque do jeito que está aqui
837 qualquer coisa que você colocar nova lá você tem. – Roberto Soares Nogueira,
838 representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno de Três Marias – Eu entendi,
839 a redação dá uma dupla, a redação dá uma dupla interpretação, está certo? Mas
840 realmente para quem está aqui no Conselho, isso aí está claríssimo, são novos
841 equipamentos, é coisa, não é simplesmente você fazer manutenção não, é coisa que está
842 entrando novo. – Helena, SUPRAM – Alto São Francisco – Eu sugiro então que seja
843 retificada a condicionante, o texto, eu pensei assim: informar à SUPRAM Alto São
844 Francisco quanto à instalação de novos equipamentos, não sendo os que substituam o
845 antigo, não contemplados no presente licenciamento e aguardar autorização desse órgão.
846 E com esse entendimento seriam outros equipamentos não esses em substituição. –
847 Fernanda – SUPRAM Alto São Francisco – Helena, e se colocássemos: equipamentos
848 que alterem o processo produtivo? Acho que fica mais claro. — Helena, SUPRAM –
849 Alto São Francisco Concordo. Fernanda, SUPRAM – Alto São Francisco - Então ficaria
850 o seguinte: informar à SUPRAM Alto São Francisco quando da instalação de novos
851 equipamentos que alterem, ou ampliem, ou modifiquem o processo produtivo, não
852 contemplados no licenciamento e aguardar autorização do órgão. – Túlio Pereira de Sá,
853 representante da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG – Por
854 mim estou satisfeito. – Estela, SUPRAM – Alto São Francisco – Eu só queria esclarecer
855 para o Conselheiro Roberto a questão que vai acontecer muito do prazo de
856 indeferimento e dar dez dias é porque às vezes o ofício chega par ao técnico cento e
857 vinte dias depois que ele já solicitou a prorrogação. Então a equipe entende o que, se já
858 passou o prazo que ele tinha solicitado, então não teria porque mais prorrogar por mais
859 noventa. A maioria dos casos o que acontece é isso. – Francisco de Assis Braga,
860 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES – Vocês entenderam a minha
861 preocupação, não é? Realmente conceder dez dias, gente, é perda de trabalho, está
862 certo? – Estela, SUPRAM – Alto São Francisco – Os dez dias no caso é quando a gente
863 indefere a solicitação, aí a gente dá dez dias para ele comprovar que ele cumpriu,
864 porque o prazo dele que ele solicitou já teria passado. – José Oswaldo Furlanetto,
865 Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas – Alguém mais? Então vamos
866 colocar o processo em votação com alteração da condicionante, da redação da
867 condicionante que já ficou claro para todos os Conselheiros, está certo? Processo em
868 votação, aqueles que estiverem de acordo com o parecer de deferimento da SUPRAM
869 Alto São Francisco permaneçam como estão, os contrários se manifestem. – Francisco,
870 Ministério Público – Manifestação pelo indeferimento em razão do cumprimento de
871 condicionante com atraso, em razão da inexistência de estudo de impacto ambiental e da
872 necessidade de incidência da compensação do SNUC por se tratar de um
873 empreendimento classe 5. – José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da
874 SUPRAM – Sul de Minas – Processo aprovado com indeferimento, voto contrário do
875 Ministério Público, Doutor Francisco, eis prestado pelos seus motivos. Processo
876 aprovado e revalidação da licença de operação por quatro anos. Próximo item da pauta,
877 item onze. **11. Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de**
878 **Validade da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação:** 11.1
879 Companhia Siderúrgica Nacional - CSN/Cimentos S.A. - Fabricação de Cimento -
880 Arcos/MG - PA/Nº 22088/2005/004/2011 - Classe 5. Apresentação: Supram ASF. Pelo
881 deferimento do processo, processo em discussão. – Francisco, Ministério Público – Vou
882 levantar uma questão que já foi objeto de debate em outras URCs, e também foi objeto
883 de recomendação do Ministério Público em nível estadual. O artigo segundo da DN
884 17/96, diz que um dos documentos essenciais para formalização desse pedido de
885 prorrogação é a certidão negativa de débito financeiro de natureza ambiental. Portanto é

886 um inciso que importa numa apresentação de um documento mais amplo, débito
887 financeiro de natureza ambiental. Isso não significa apenas débitos, por exemplo,
888 relativos a aplicação de multas. Vou dar um exemplo de débito financeiro de natureza
889 ambiental: compensação ambiental. Foi apresentado esse documento? – Não se
890 identificou – Esse ponto da compensação a gente não verificou, a gente pode verificar.
891 – Francisco, Ministério Público – Então, Senhor Presidente, eu vou pedir para baixar em
892 diligência para que seja, e doravante, para que isso também aconteça nos demais
893 empreendimentos, não é? Para que haja apresentação dessa certidão não só em relação à
894 existência de multas de natureza ambiental, mas também de qualquer outro débito de
895 natureza ambiental, então isso não é peculiaridade desse empreendimento, mas é um
896 pedido que eu faço para que daqui para frente isso ocorra em relação a todos os outros.
897 – Roberto Soares Nogueira, representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Entorno
898 de Três Marias – Francisco, o empreendedor está aí, eu acho que antes de qualquer
899 decisão de baixa em diligência a gente devia escutar... – José Oswaldo Furlanetto,
900 Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas – Isso que eu queria colocar, o
901 empreendedor está inscrito, Alexandre está inscrito para fazer uso da palavra, fique à
902 vontade, cinco minutos. – Alexandre, CSN – Doutor Francisco, que tipo de
903 compensação, o SNUC? Porque o SNUC foi apresentado, consta dos autos. – Francisco,
904 Ministério Público – Sim, qualquer tipo de débito de natureza ambiental, inclusive
905 SNUC. – Alexandre, CSN – Foi apresentado, consta o pagamento do SNUC, consta nos
906 autos. – Francisco, Ministério Público – Se for possível para a SUPRAM afirmar que
907 não existe qualquer tipo de débito de natureza ambiental em relação ao empreendimento
908 eu estou satisfeito para votar. – Fernanda, SUPRAM Alto São Francisco – Gostaria de
909 ouvir o jurídico do processo, José Augusto, se tiver alguma dúvida com relação à
910 compensação ambiental a gente baixa em diligência. – Não se identificou – Sim, eu
911 prefiro verificar nos autos. – José Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da
912 SUPRAM – Sul de Minas – Processo baixado em diligência então, a pedido da
913 SUPRAM Alto São Francisco e prerrogativa da presidência. Agora vamos para o item
914 doze. **12. Processo Administrativo para exame de Recurso:** 12.1 Vânia Melo Franco
915 do Amaral Machado/Fazenda Lotes 17, 20, 21 e 22 - Onça de Pitangui/MG - PA/Nº
916 02010001089/12 - Área de RL: 25,2000 ha - APP: 9,4837 ha - Supressão de Vegetação
917 Nativa com destoca: 0,0000 ha. Parecer da SUPRAM pelo indeferimento. Processo em
918 discussão. – Francisco de Assis Braga, Associação Brasileira de Engenharia Sanitária –
919 ABES – Gostaria de me manifestar. Dizer que concordo, não eu estou fazendo uma
920 análise técnica aqui, não estou emitindo parecer técnico nenhum, mas eu li a avaliação
921 técnica do processo referente ao inventário florestal, a fitofisionomia avaliada e na
922 qualidade de engenheiro florestal eu concordo plenamente com o parecer que foi dado,
923 pelo indeferimento. Além disso eu gostaria de contribuir com algumas sugestões que
924 saltaram aos olhos ao ler. Primeiro: que a reserva legal está dito no anexo três, no item
925 3.1, reserva legal, que ela foi averbada na fisionomia de cerradinho. E salta aos olhos
926 porque no parecer diz que a vegetação predominante é a de mata atlântica, floresta
927 estacional semidecidual, transição para cerrado. E vamos dizer assim, na pior das
928 hipóteses, a vegetação mais pobre é que foi escolhida para ser averbada reserva legal,
929 que é o cerradinho. Então chama atenção porque não preservar um ecossistema de mata
930 atlântica que é legalmente protegido. Está certo que averbação se deu em 1990, a lei de
931 proteção da Mata Atlântica não era vigente. Então a título de sugestão, eu não sei se é
932 possível fazer isso, a possibilidade de relocação da reserva legal do imóvel,
933 contemplando uma área coberta com floresta estacional semidecidual, mata atlântica.
934 Segundo ponto: caso haja nova solicitação de supressão da vegetação nativa para fins de
935 implantação de pastagem, parece que é isso, não é, a proposta? Sugiro, ou sugerimos

936 aos técnicos e à COPA que avalia o processo de supressão de vegetação diretamente,
937 depois que ele veio para cá, que seja considerada a implantação de sistema agroflorestal
938 de integração pecuária floresta, contemplando a seleção de árvores nativas a serem
939 deixadas na área para fins de sombreamento da pastagem. Sendo uma prática
940 atualmente adotada e com ótimos resultados técnicos, ambientais e de sustentabilidade
941 da atividade de criação animal, conferindo conforto animal e maior produtividade, seja
942 de leite, carne, o que quer que seja. Proteção do solo e da água, refúgio e fonte de
943 alimento para a fauna, preservação da biodiversidade, dentre outras vantagens. Então se
944 for submetido o novo processo, eu sugeriria que fosse avaliado a possibilidade de
945 escolher indivíduos numa densidade de cem árvores por hectare, por exemplo, que
946 fossem deixados então esses indivíduos dispostos na área para permitir o
947 sombreamento; isso é uma situação bem melhor do que o corte raso e limpeza da área
948 total. – Mayla, SUPRAM Alto São Francisco – A técnica responsável pela elaboração
949 do parecer ela não compareceu hoje, aí se vocês quiserem baixar o processo em
950 diligência para esclarecer. – Fernanda, SUPRAM Alto São Francisco – Eu não vejo
951 motivo para baixa em diligência, primeiro porque a reserva legal foi averbada em 1990,
952 a técnica não vai conseguir esclarecer essa questão, segundo que trata-se de
953 indeferimento. Nós podemos ver questão sugerida com relação à relocação, mas não
954 tem possibilidade de baixa. – Francisco de Assis Braga, Associação Brasileira de
955 Engenharia Sanitária – ABES – É certo que precisa verificar realmente se se trata de
956 floresta estacional semidecidual, qual o estágio de regeneração que se encontra, se é
957 inicial, médio ou avançado, e o que a legislação permite. Eu não estou propondo aqui
958 supressão de vegetação que não seja possível pela legislação, mas como foi analisado,
959 parece que parte do imóvel tem uma tipologia de vegetação e parte outra. Foi sugerido
960 um inventário florestal separado das áreas. Quer dizer, se se identificar uma fração do
961 imóvel que tenha um cobertura vegetal passível de supressão, legalmente falando, então
962 eu ainda sugiro que essa supressão ocorra deixando indivíduos para que se faça um
963 sistema silvo pastoril; que é uma atividade bem mais sustentável e atualmente se faz a
964 implantação de árvores em floresta, em pastagens já existentes. Então ao invés de eu
965 fazer a supressão e depois vir com uma sugestão no futuro que é a minha pastagem se
966 degradou e eu vou fazer a recuperação com implantação de árvores, eu já deixo as
967 árvores nativas, e faço esse processo nesse momento. – Camilo de Lélis André Melo,
968 representante da Federação das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de
969 Serviços do Estado de Minas Gerais – FEDERAMINAS –Doutor Francisco, eu acho
970 que o senhor está certo, acredito que nesse processo vai ficar do jeito que está mesmo.
971 Mas que isso que o senhor falou seja observado nos próximos licenciamentos porque é
972 válido, não é? Que observe isso porque o senhor tem razão. Agora outra preocupação
973 que eu tenho, Doutor Francisco, é o seguinte, está acabando, quem conhece o nome das
974 árvores. Não está tendo. Eu fui numa fazenda de um amigo meu esses dias, eles estavam
975 batendo pasto, falei com o batedor: “Isso aí é Jequitibá.”, “Não, não é.”, falei: “É, ué.
976 Não vou te falar se é rosa ou se é do vermelho porque eu não sei, mas que é Jequitibá
977 é.”, “Não, não é não.”, falei: “Isso aí é bingueiro que vocês chamam.”, “Ah, não, é
978 bingueiro.” Quer dizer então que eles não conhecem, vão estar cortando os Jequitibás
979 por desconhecimento. Então se os trabalhadores rurais hoje não conhecem essas
980 árvores, os técnicos também não conhecem não, que eles não vivenciam no campo.
981 Entendeu? Então está derrubando essas árvores que são imunes de corte por falta de
982 conhecimento. – Fernanda, SUPRAM Alto São Francisco – Mayla, o Roberto me fez
983 uma observação aqui, no controle processual, no segundo parágrafo do recurso
984 interposto, consta o município de Pompéu, a fazenda está localizada em Onça do
985 Pitangui, não é Onça do Pitangui? Então eu gostaria de fazer uma correção, segundo

986 parágrafo do item do controle processual, recurso interposto foi colocado Pompéu, o
987 município correto é Onça do Pitangui. – José Oswaldo Furlanetto, Superintendente
988 Regional da SUPRAM – Sul de Minas – Alguém mais quer fazer uso da palavra? Então
989 nenhum Conselheiro mais vai fazer uso da palavra podemos colocar o processo em
990 votação. Aqueles que concordam com o parecer da SUPRAM Alto São Francisco pelo
991 indeferimento do item 12.1 da pauta permaneçam como estão, os contrários se
992 manifestem. Processo indeferido por unanimidade. Pois não. – Edélcio José Cançado
993 Ferreira, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas
994 Gerais – FAEMG – Fora do horário de manifestação próprio e adequado, mas eu
995 gostaria de deixar aqui um registro. O convite a todos vocês, dia 04 de setembro em
996 Bom Despacho, nós vamos promover uma reunião da Associação dos Sindicatos Rurais
997 do Oeste de Minas, e vocês estão todos convidados para participar conosco lá no parque
998 de exposição. – Não se identificou – Em relação, voltando em relação ao processo 10.1,
999 eu esqueci de retificar, o cabeçalho, a atividade de serigrafia e a atividade de moldagem
1000 são não passíveis de licenciamento, mas a principal continua classe 5. E o registro do
1001 técnico também está errado, em vez de 022, 02126 é 02102304, obrigada. – José
1002 Oswaldo Furlanetto, Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas – Então
1003 podemos partir para o encerramento da reunião. Nada mais tendo. Senhor Presidente. –
1004 Anaximandro, PUC Minas – Quero somente justificar o meu atraso, eu havia
1005 confirmado a minha presença junto à equipe técnica da SUPRAM, mas ontem no fim da
1006 tarde fui convocado para uma reunião esta manhã, às sete da manhã, em Arcos, daí a
1007 minha impossibilidade de chegar no horário. Mas fico feliz que a minha ausência não
1008 atrapalhou os trabalhos da URC, muito obrigado. – José Oswaldo Furlanetto,
1009 Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas – Então alguém mais? –
1010 Lessandro Gabriel da Costa, Associação Ambientalista do Alto São Francisco – Eu
1011 gostaria de parabenizar toda a equipe da SUPRAM e principalmente a pessoa do senhor
1012 por que acho que essa reunião nossa, foi uma reunião produtiva e de todas as reuniões
1013 que a gente teve aqui nesse sistema parece que foi uma das melhores reuniões, parece
1014 assim uma reunião sadia e rápida. Sabe, acho que essa contribuição tanto dos técnicos e
1015 tanto da sua pessoa na presidência parece que deu um andamento melhor na nossa
1016 reunião. Vamos fazer uma moção aí, pedir ao nosso governador, o nosso presidente que
1017 coloque o senhor para disponibilidade aqui junto com a gente para que as nossas
1018 reuniões possam andar mais rápido, obrigada. – José Oswaldo Furlanetto,
1019 Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas – Obrigado. Pois não, Adriana.
1020 – Adriana, Diretoria Operacional – Eu cheguei um pouco com atraso, Lessandro, e eu
1021 queria só colocar para vocês a questão do atendimento, tem mais ou menos um mês que
1022 a gente, dois meses, não é, um pouco mais de dois meses que eu estou na SUPRAM e a
1023 gente vem fazendo várias mudanças para melhorar o atendimento. Só para reportar
1024 vocês que ontem às duas da tarde não tinha ninguém para atender, e está sendo assim
1025 recorrente já há quase duas semanas. Então se o empreendedor quer chegar de
1026 madrugada, por livre espontânea vontade dele, mas que tem agenda para atendê-lo
1027 durante o dia tem, a gente fez as mudanças que poderiam ser feitas. Hoje a gente mudou
1028 um pouco a questão da formalização do processo, a gente não formaliza mais no ato
1029 outorga, nem licenciamento porque estava entrando muita coisa com erro. A gente dá
1030 um recibo provisório, se a pessoa estiver com o processo apto para análise ele é
1031 formalizado, se não tiver a gente devolve toda a documentação para o empreendedor
1032 porque ele tem um consultor, é que tem que fazer o dever de casa, senão a gente só vai
1033 acumulando processo para poder ter retrabalho. E o estado tem pouca gente, a gente não
1034 pode se dar ao luxo de ter retrabalho. Então isso também ajudou bastante porque agora a
1035 gente só está a partir de 2015 desse tempo que a gente entrou, a gente só vai ter

1036 processo apto para análise que tira um pouco também aquela coisa do cara que entrou
1037 todo certinho ficar esperando o mesmo tempo que aquele cara que não entrou com nada
1038 coreto. Então essas coisas têm agilizado um pouco nosso atendimento também, lógico
1039 que demora um pouco os consultores se encaixarem com a realidade, mas é necessário,
1040 a SUPRAM tem passado por várias questões problemáticas, de entrada de documentos
1041 que não eram muito corretos, então a gente está saneando isso para trazer uma
1042 segurança para a gente, para nós que estamos lá dentro e também para vocês que estão
1043 aqui julgado os processos. Então eu queria só me justificar quanto à questão do
1044 atendimento, se alguém está chegando de madrugada realmente porque ainda quer. –
1045 Lessandro Gabriel da Costa, Associação Ambientalista do Alto São Francisco – É só
1046 para justificar também que isso é um anseio que todo mundo tem cobrado muito, é um
1047 fato que aconteceu que ninguém tira isso de letra, que não estava acontecendo dentro da
1048 SUPRAM. A gente sabe que não é culpa do sistema, mas é uma coisa que vem lá de
1049 trás, vocês colheram isso. A gente tem visto essa mudança, que fique essa, é uma crítica
1050 construtiva para que a gente possa construir melhor, porque acho que se a gente hoje
1051 estamos aqui voluntariamente também batalhando e tendo um sistema para ajudar o
1052 estado, eu acho que a gente também tem que escutar o anseio da população, o anseio das
1053 pessoas que estão lá fora. Realmente aconteceu muito o fato deselegante ali dentro
1054 daquele atendimento, não é, não estou culpando o sistema agora de um mês para cá,
1055 teve essa mudança, ou talvez desse governo agora, não é? A gente sabe que muitas
1056 mudanças boas estão ocorrendo lá dentro, estão sendo feitas internamente. Eu pude
1057 sentir isso numa ida minha há poucos meses lá dentro da SUPRAM e eu tive que sentir
1058 uma mudança muito boa lá dentro, uma energia muito positiva. Então assim, fica
1059 também assim bem claro que pelo menos assim esses empreendimentos que às vezes
1060 necessita de maior olhar nos processos para que eles não possam perder financiamento,
1061 que é o caso, por exemplo, as qualidades dos certificados de ISO dentro da empresa. E
1062 às vezes até, por exemplo, nós temos uma empresa em Doresópolis, essa empresa deixou
1063 de vender a produção dela para um outro estado por causa do licenciamento dela que
1064 ainda está travado dentro do sistema. Então assim, a gente poder ter um olhar mais claro
1065 em cima disso aí. – Edécio José Cançado Ferreira, representante da Federação da
1066 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG – Adriana, a gente cobra
1067 muito e nesse momento nós temos também que cumprimentar vocês e parabenizar todas
1068 essas ações que vocês estão promovendo no sentido de melhorar o atendimento, dar
1069 fluidez ao atendimento. Conta com o nosso total apoio e reconhecimento. Cobrança nós
1070 vamos sempre fazer, tá? Mas reconhece também é uma obrigação. – José Oswaldo
1071 Furlanetto, Superintendente Regional da SUPRAM – Sul de Minas – Podemos então
1072 partir para o encerramento. Queria, primeiro, da mesma forma agradecer as suas
1073 palavras e também parabenizar você pelas suas e pela contribuição de todos os
1074 Conselheiros aqui presentes. Parabenizar e cumprimentar o corpo técnico da SUPRAM
1075 Alto São Francisco, deixar um agradecimento também ao Silvestre que não pode estar
1076 presente, a Vilma, a diretoria jurídica, deixar um abraço grande ao Paulo. Que bom que
1077 as coisas estão mudando para melhor, dito aqui pelos Conselheiros, com visita em loco
1078 e percebendo que as coisas estão melhorando. O estado e o subsecretário Nalton
1079 Moreira da Cruz agradece, e em nome dele eu termino e declaro encerrada essa reunião.
1080 Um abraço, bom dia a todos.